



Ar

d

2. REGULARIDADE FISCAL

- 2.1 INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA (CNPJ)
- 2.2 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL
- 2.3 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA ESTADUAL
- 2.4 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA FEDERAL
- 2.5 CERTIFICADO DE REGULARIDADE JUNTO AO FGTS
- 2.6 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT
- 2.7 CERTIDÃO CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA

[Handwritten signature]

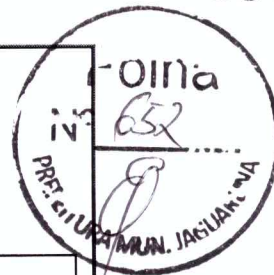
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 83.665.141/0001-50 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/06/1970
NOME EMPRESARIAL SETEP CONSTRUCOES S.A		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SETEP CONSTRUCOES S.A	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 08.10-0-06 - Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado 08.10-0-99 - Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO R FRANCISCO MARTINHAGO	NÚMERO 258	COMPLEMENTO *****
CEP 88.810-500	BAIRRO/DISTRITO MINA DO MATO	MUNICÍPIO CRICIUMA
		UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO contabilidade@setep.com.br	TELEFONE (48) 2102-5100/ (48) 2102-5120	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 08/09/2021 às 14:14:50 (data e hora de Brasília).

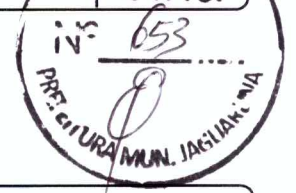
Página: 1/1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CRICIÚMA
SECRETARIA DA FAZENDA

Data: 06/09/2021 - 11h01min

Número 37748 Validade 05/11/2021



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome / Razão Social _____

SETEP CONSTRUCOES S.A CNPJ: 83665141000150

Aviso _____

Existem débitos a vencer na presente data.

Comprovação Junto à _____

Finalidade _____

Mensagem _____

Certificamos que até a presente data constam débitos tributários a vencer relativos ao contribuinte acima descrito.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle _____

CWHOLULZRZYTHKB2

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

<http://www.criciuma.sc.gov.br>

Criciúma (SC), 06 de Setembro de 2021

Rua Domênico Sônego, 542 - Santa Bárbara
Criciúma (SC) - CEP: 88804050 - Fone:4834310200



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



039

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SETEP CONSTRUCOES S.A
CNPJ: 83.665.141/0001-50

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:05:53 do dia 08/09/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/03/2022.

Código de controle da certidão: **5E44.7CBF.07EC.9F03**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



040

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **SETEP CONSTRUCOES S.A**
CNPJ/CPF: **83.665.141/0001-50**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão: **210140124529680**
Data de emissão: **06/09/2021 10:59:29**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.): **05/11/2021**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 06/09/2021 10:59:29





Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 83.665.141/0001-50
Razão Social: SETEP CONSTRUÇÕES SA
Endereço: RUA RUA FRANCISCO MARTINHAGO 258 258 / MINA DO MATO /
CRICIUMA / SC / 88810-500

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/09/2021 a 04/10/2021

Certificação Número: 2021090500482402538807

Informação obtida em 08/09/2021 07:33:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SETEP CONSTRUCOES S.A (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 83.665.141/0001-50

Certidão n°: 27740129/2021

Expedição: 08/09/2021, às 14:03:58

Validade: 06/03/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SETEP CONSTRUCOES S.A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **83.665.141/0001-50**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/09/2021 09:43:25

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **SETEP CONSTRUCOES S.A**
CNPJ: **83.665.141/0001-50**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



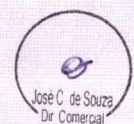


3. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO – FINANCEIRA

3.1 BALANÇO PATRIMONIAL

3.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.3 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL





SETEP CONSTRUÇÕES S.A CNPJ: 83.665.141/0001-50				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em Reais)			
AVISO AOS ACIONISTAS: Senhores Acionistas, em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação V. Sas, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. As Demonstrações Financeiras encontram-se a disposição dos acionistas na sede da Sociedade desde 01 de março de 2021.							
BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expressos em Reais)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Valores expressos em Reais)			
ATIVO				PERÍODOS			
				01/jan./2020 a 31/dez./2020			
				01/jan./2019 a 31/dez./2019			
CIRCULANTE				171.609.493,91	131.780.213,14	152.818.357,72	152.818.357,72
Caixa e equivalentes de caixa	04	106.922.018,64	93.591.601,88	-	-	6.251.454,81	6.251.454,81
Clientes	05	23.236.850,81	13.018.396,84	-	-	(8.500.000,00)	(8.500.000,00)
Serviços executados a faturar	05	36.349.446,48	19.954.962,29	-	-	(5.300.000,09)	(5.300.000,09)
Adiantamentos	06	81.799,00	39.342,01	-	-	-	-
Impostos a recuperar	07	26.127,21	686.888,85	-	-	-	-
Estoques		4.486.176,87	4.425.933,86	-	-	-	-
Outros direitos realizáveis	08	477.623,90	12.188,42	-	-	-	-
Despesas do exercício seguinte		29.451,00	80.898,99	-	-	-	-
NÃO CIRCULANTE				28.221.643,24	35.558.788,95	145.269.812,44	145.269.812,44
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				8.277.908,12	12.741.294,87	27.071.655,78	27.071.655,78
Outros direitos realizáveis	08	6.116.444,02	6.274.913,95	-	-	-	-
Partes relacionadas	09	-	1.104.321,66	-	-	-	-
Participação em consórcios empresariais	10	2.161.464,10	5.362.059,26	-	-	-	-
INVESTIMENTOS				287.907,76	298.910,27	6.035.171,15	6.035.171,15
Imóveis não destinados ao uso	11	19.627.564,98	22.482.089,67	-	-	(5.200.000,00)	(5.200.000,00)
IMOBILIZADO				2.238.313,81	2.313.711,36	2.319.366,99	2.319.366,99
Terenos		1.964.463,93	1.964.463,93	-	-	(16.394.484,19)	(16.394.484,19)
Edificações		57.934.836,54	56.306.616,97	-	-	(42.456,99)	(42.456,99)
Máquinas e equipamentos		173.533,56	173.533,56	-	-	630.761,64	744.002,37
Móveis e utensílios		22.054.998,16	21.728.052,41	-	-	(60.243,01)	(705.450,78)
Veículos		4.404,57	4.404,57	-	-	(306.965,55)	(1.607.911,32)
De direitos de uso		(64.742.985,59)	(60.008.693,13)	-	-	51.447,99	6.692,67
(-) Depreciação acumulada	11	28.262,38	36.494,14	-	-	4.323.869,49	(384.980,08)
INTANGÍVEL				41.158,80	41.158,80	433.656,76	433.656,76
Softwares		(12.896,42)	(4.664,66)	-	-	5.412.724,18	(410.048,43)
(-) Amortização acumulada		199.831.137,15	167.339.002,09	-	-	339.907,17	(243.926,28)
TOTAL DO ATIVO				199.831.137,15	167.339.002,09	2.512.283,30	2.512.283,30
PASSIVO				19.037.406,25	8.564.341,40	11.002,51	11.002,51
CIRCULANTE				9.683.077,56	5.359.208,07	(2.806.413,78)	(1.814.416,03)
Fornecedores		1.021.069,46	587.412,70	-	-	926.646,01	641.660,53
Salários e ordenados a pagar	12	7.110.152,69	1.697.428,51	-	-	2.526.007,04	3.685.038,80
Impostos, taxas e contribuições		1.184.230,64	844.323,47	-	-	-	-
Provisão de férias		38.875,90	75.968,65	-	-	-	-
Outras obrigações		13.652.262,68	13.504.848,25	-	-	-	(662.443,08)
NÃO CIRCULANTE				13.652.262,68	13.504.848,25	8.574.790,95	8.574.790,95
Exigível a longo prazo	18	3.217.212,11	3.368.837,18	-	-	1.660.305,25	1.285.864,59
Provisão para contingências	13	5.834.572,86	6.523.250,49	-	-	(688.677,63)	(1.399.279,52)
Tributos diferidos	09	4.600.477,71	2.940.172,46	-	-	-	-
Partes relacionadas	10	-	674.588,12	-	-	-	-
Participação em consórcios empresariais		167.141.468,22	145.269.812,44	-	-	106.922.018,64	93.591.601,88
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				70.000.000,00	70.000.000,00	70.000.000,00	70.000.000,00
Capital realizado	14	70.000.000,00	70.000.000,00	-	-	-	-
Reserva legal		10.400.121,54	9.046.538,75	-	-	-	-
Reserva de Lucros		86.741.346,68	66.223.273,69	-	-	-	-
De exercícios anteriores a disposição da assembleia		66.223.273,69	65.584.391,71	-	-	-	-
Do exercício a disposição da assembleia		20.518.072,99	638.881,98	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO				199.831.137,15	167.339.002,09	2.512.283,30	2.512.283,30
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Valores expressos em Reais)							
Períodos							
Nota 01/jan./2020 a 31/dez./2020							
01/jan./2019 a 31/dez./2019							
OPERAÇÕES CONTINUADAS							
Receita líquida da prestação de serviços	15	246.123.524,20	186.670.402,32	-	-	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS							
LUCRO BRUTO							
Despesas gerais e administrativas		(6.845.032,90)	(10.680.757,46)	-	-	-	-
Outras receitas e despesas		(193.592,19)	(1.640.352,33)	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS							
Receitas financeiras	16	2.828.871,67	5.105.356,30	-	-	-	-
Despesas financeiras	16	(5.349.183,47)	(5.669.654,48)	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES E JUROS S/ CAPITAL PRÓPRIO							
Provisão p/ Irlp e Csl - Correntes		(11.786.756,08)	(2.707.160,12)	-	-	-	-
Provisão p/ Irlp e Csl - Diferidos		735.745,05	1.452.429,68	-	-	-	-
REVERSÃO DOS JUROS S/ O CAPITAL PRÓPRIO							
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS							
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS							
Resultado das operações descontinuadas	17	54.179,97	(122.989,68)	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							
Lucro líquido por ação		270,72	62,51	-	-	-	-
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO (Valores expressos em Reais)							
Períodos							
01/jan./2020 a 31/dez./2020							
01/jan./2019 a 31/dez./2019							
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							
Outros componentes do resultado abrangente		27.071.655,78	6.251.454,81	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO							
Atribuíveis a:							
Acionistas		27.071.655,78	6.251.454,81	-	-	-	-
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)							
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Valores expressos em Reais)							
Períodos							
01/jan./2020 a 31/dez./2020							
01/jan./2019 a 31/dez./2019							
GERAÇÃO DE VALOR ADICIONADO							
RECEITA BRUTA							
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS							
(-) Custos dos serviços e mercadorias		(139.753.771,08)	(117.028.510,83)	-	-	-	-
(-) Serviços de terceiros		(22.927.517,72)	(17.110.115,73)	-	-	-	-
(-) Água, energia, seguros e comunicação		(704.099,22)	(688.404,90)	-	-	-	-
(-) Materiais de consumo e expediente		(1.088.193,58)	(893.348,56)	-	-	-	-
(-) Materiais de manutenção e conserv. de bens		(7.406.247,56)	(10.538.508,78)	-	-	-	-
(-) Perda na realização de ativos		(439.209,88)	(947.215,79)	-	-	-	-
(-) Viagens e estadas		(522.811,32)	(442.404,41)	-	-	-	-
(-) Outros		(823.237,65)	(344.696,68)	-	-	-	-
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO							
(-) RETENÇÕES E DEVOLUÇÕES							
(-) Depreciação		(5.586.611,07)	(6.429.529,82)	-	-	-	-
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO							
(+) VALORES RECEBIDOS DE TERCEIROS							
Receitas financeiras		2.828.871,67	5.105.356,30	-	-	-	-
Outras receitas		6.467,68	41.411,92	-	-	-	-
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR							
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO							
Rem. do trab., encargos, alimentação e benefícios		24.072.762,70	22.161.388,54	-	-	-	-
Governo (Impostos, taxas e contribuições)		30.863.227,69	19.239.090,44	-	-	-	-
Terceiros (Juros, desc. e outras despesas financ.)		155.400,43	369.654,39	-	-	-	-
Terceiros (Aluguéis)		1.106.865,40	718.075,82	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		27.071.655,78	6.251.454,81	-	-	-	-
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em R\$)							
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL - A Companhia tem por objeto social a construção viária, incluindo ruas, rodovias, ferrovias e obras de arte especiais, terraplanagem em geral, obras de urbanização inclusive pavimentação em geral e seus serviços correlatos, obras de abastecimento de água, saneamento e construções correlatas; redes elétricas de transmissão e distribuição; planejamento e execução de serviços de topografia, geodésia, cartografia, astronomia de campo, balneometria, hidrometria, cadastro técnico multifinalitário e georreferenciamentos, construção civil em geral; extração de minerais não-metálicos, locação de equipamentos, projetos de recuperação ambiental e execução; cessão de direito de extração de jazidas; participação no capital							

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Handwritten signature: José C de Souza, Dr. Comercial



de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, mesmo que de outros setores econômicos, mediante recursos próprios ou de incentivos fiscais. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da sociedade em 22 de fevereiro de 2021.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - A) BASE DE PREPARAÇÃO - As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos têm como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB*. Não foram adotadas as normas relativas ao Ativo Imobilizado de que tratam a Resolução CFC nº 1.292/10 que aprova a NBC T 19.10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e Resolução CFC nº 1.263/09 que aprova a IT 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, respectivamente. **B) BASE DE MENSURAÇÃO** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **C) MOEDA FUNCIONAL** - A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC - 02 e Resolução CFC nº 1.295/10 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com bases nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **D) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS** - A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual dos investimentos, ativo imobilizado e intangível, estoques, provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros derivativos, quando mantidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas frequentemente.

NOTA 03 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS - Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, cabe ressaltar: **A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS - NÃO DERIVATIVOS** - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**: abrange saldos de caixa e depósitos bancários a vista, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço. **RECEBÍVEIS**: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva. Abrangem o saldo de clientes, serviços executados a faturar e outros direitos realizáveis. **EXIGÍVEIS**: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos da transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores de mercadorias e serviços e outras obrigações. **DERIVATIVOS** - Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício. **B) ESTOQUES** - São demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos para concluir e vender, os quais não superaram os preços de mercado. **C) INVESTIMENTOS** - Está demonstrado pelo custo histórico de aquisição. **D) IMOBILIZADO** - Está demonstrado ao custo histórico de aquisição, ajustado por reavaliação espontânea e depreciação acumulada, calculadas pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bem. A administração da Companhia revisa frequentemente essas taxas. Não foram adotadas em sua totalidade as normas relativas ao Ativo Imobilizado de que tratam a Resolução CFC nº 1.292/10 que aprova a NBC T 19.10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e Resolução CFC nº 1.263/09 que aprova a IT 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, respectivamente. **E) FORNECEDORES** - Obrigações nominais contraídas com fornecedores de bens e serviços, com vencimento médio de 30 dias. **F) PROVISÃO DE FÉRIAS** - Foi constituída para cobertura das férias vencidas e proporcionais, acrescida dos respectivos encargos sociais até a data do balanço. **G) DEMAIS ATIVOS/PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES** - Demonstrados por valores de realização/obrigação, conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos auferidos, os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço. **H) RECONHECIMENTO DA RECEITA** - A receita compreende a contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Representada pela execução de obras, independentemente da emissão das notas fiscais. A Companhia reconhece a receita quando: (I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (II) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a sociedade; (III) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da sociedade. As vendas das mercadorias e serviços são reconhecidas quando a Companhia presta o serviço ou vende um produto ao cliente, que assume o controle do produto na mesma data em que a transação ocorre. Estas são realizadas em dinheiro, por meio de transações bancárias ou outra forma de pagamento. **I) APURAÇÃO DO RESULTADO** - O resultado é apurado pelo regime de competência para a apropriação de receitas, custos e/ou despesas correspondentes. A Contribuição Social sobre o Lucro foi calculada à alíquota de 9%, sobre o resultado ajustado do

período e o Imposto de Renda à alíquota de 15% do lucro real anual, acrescido de 10% de adicional sobre a parcela do lucro excedente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) no ano. Os valores recolhidos são apurados com base no recebimento dos serviços ou produtos vendidos quando negociados com entidades do poder público. Nas negociações com entidades privadas, a tributação se dá pela competência do registro, independentemente de seu recebimento.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representado pelos valores financeiros livres para movimentação.

	31/dez./2020	31/dez./2019
Depósitos bancários a vista	520.109,51	49.388,78
Aplicações financeiras de liquidez imediata	106.401.909,13	93.542.213,10
Total	106.922.018,64	93.591.601,88

NOTA 05 - CLIENTES / SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR - Valores a receber pela execução de obras por empreitada e comercialização de produtos. Sua maioria é constituída por órgãos de administração pública. Enquanto não emitidas as notas fiscais de faturamento são mantidos como serviços executados a faturar em contrapartida da receita do exercício. Após o faturamento são transferidos à carteira de clientes, cujo saldo está suportado pelas respectivas provisões para possível perda no recebimento desses créditos. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A provisão para devedores duvidosos foi constituída por montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Descrição dos vencimentos	31/dez./2020		31/dez./2019	
	Clientes	Serviços Executados a Faturar	Clientes	Serviços Executados a Faturar
A vencer	20.292.119,59	36.349.446,48	-	19.954.962,29
Vencidos à menos de 180 dias	1.221.120,06	-	8.306.251,52	-
Vencidos entre 180 e 365 dias	777.810,93	-	1.029.105,64	-
Vencidos entre 365 e 720 dias	14.968.006,15	-	580.939,48	-
Vencidos a mais de 720 dias	20.292.119,59	-	16.756.123,76	-
(-) PDD	(14.022.205,92)	-	(13.654.023,56)	-
Total	23.236.850,81	36.349.446,48	13.018.396,84	19.954.962,29

NOTA 06 - ADIANTAMENTOS

	31/dez./2020	31/dez./2019
Adiantamentos p/ viagens	6.393,21	4.246,72
Adiantamentos à funcionários	9.238,05	10.412,77
Adiantamentos à fornecedores	66.167,74	24.682,52
Total	81.799,00	39.342,01

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/dez./2020	31/dez./2019	Sit.
IRPJ	-	188.025,37	W1
CSLL	-	442.736,27	W1
INSS	26.127,21	26.127,21	W2
Total	26.127,21	656.888,85	

W1 Valor excedente ao devido apurado no final do exercício. Passível de utilização após entrega das declarações fiscais. **W2** Saldo de retenções sobre notas fiscais de prestação de serviços, acrescido de pagamento indevido ou a maior. Passível de compensação imediata, passível de compensação.

NOTA 08 - OUTROS DIREITOS REALIZÁVEIS

Descrição	31/dez./2020		31/dez./2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques em cobrança	12.188,42	-	12.188,42	-
Cauções retidas s/ obras	465.435,48	-	-	-
Depósitos judiciais	-	6.116.444,02	-	6.274.913,95
Total	477.623,90	6.116.444,02	12.188,42	6.274.913,95

NOTA 09 - PARTES RELACIONADAS - Registram as operações realizadas com pessoas ligadas, sejam acionistas, sociedades controladas, coligadas ou interligadas, conforme demonstrado a seguir: **PASSIVAS**

Passivo Não Circulante Exigível a Longo Prazo	31/dez./2020			31/dez./2019		
	Acionistas	SBM - Sul Brasileira	Total	Acionistas	SBM - Sul Brasileira	Total
Juros Cap. Próprio W1	3.317.109,06	1.283.368,65	4.600.477,71	2.547.327,43	392.845,03	2.940.172,46
Dividendos a pagar W2	2.902.382,52	-	2.902.382,52	2.132.600,89	-	2.132.600,89
Compras W3	414.726,54	-	414.726,54	414.726,54	-	414.726,54
Reembolso de desp.	1.257.844,47	1.257.844,47	2.515.688,94	379.825,82	-	379.825,82
	25.524,18	25.524,18	51.048,36	13.019,21	-	13.019,21

W1 No decorrer do exercício de 2020 e 2019 foram destinados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 5.200.000,00 (Cinco milhões e duzentos mil reais) e R\$ 5.300.000,09 (Cinco milhões e trezentos mil reais e nove centavos), respectivamente, estando deliberado e aprovado em assembleia de acionistas, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. **JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

	31/dez./2020	31/dez./2019
Saldo Remanescente de Exercícios anteriores	2.132.600,89	1.625.608,82
(+) Destinados no exercício	5.200.000,00	5.300.000,09
(-) IRRF	(780.000,00)	(795.000,00)
(-) Pagamentos efetuados no exercício	(3.650.218,37)	(3.998.008,02)
(=) Saldo a Liquidar	2.902.382,52	2.132.600,89

W2 Saldo de dividendos a pagar destinados em 2020 e 2019. **W3** Operação de compras de mercadorias e serviços. No exercício de 2020 e 2019 somaram R\$ 10.528.891,03 e R\$ 9.334.478,55, respectivamente. **NOTA 10 - PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS EMPRESARIAIS** - A Companhia participa do desenvolvimento de empreendimentos em conjunto com outros parceiros de forma direta por meio de consórcio de empresas. A estrutura de administração desses empreendimentos e a gestão de caixa são centralizadas na empresa líder do empreendimento, que fiscaliza o desenvolvimento das obras e os orçamentos, assim como o todo o registro contábil. Assim, o líder do empreendimento assegura que as aplicações dos recursos necessários sejam feitos e alocados de acordo com o planejamento. As origens e aplicações de recursos do empreendimento estão refletidas nesses saldos, com observação do respectivo percentual de participação, os quais não estão sujeitos a atualização ou encargos financeiros e não possuem vencimento predeterminado.

Continua

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp of José C. de Souza, Dir. Comercial.



Table with 5 columns: Ativas, 31/dez./2020, Participação, 31/dez./2019, Participação. Rows include Setep - Ivaí - Sotepa (1), Ivaí - Setep (2), Sotepa - Sotepa (1), Total, Passivas, Setep - Ivaí - Sotepa (1), Ivaí - Setep (2), Sotepa - Sotepa (1), Total.

(1) Empresa Líder do consórcio = Setep. (2) Empresa Líder do consórcio = Ivaí

NOTA 11 - IMOBILIZADO/ INTANGÍVEL

Table with 7 columns: IMOBILIZADO, Taxa anual, Saldo em 31/Dez./2020, Depreciação, Taxa anual, Saldo em 31/Dez./2019, Depreciação. Rows include Terrenos, Edificações, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos, Direitos de uso, Total Imobilizado, INTANGÍVEL, Softwares, Amortização.

Movimentação do período:

Table with 5 columns: Descrição, Saldo em 31/Dez./2019, Acréscimos, Reduções, Saldo em 31/Dez./2020. Rows include Imobilizado, Terrenos, Edificações, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos, Depreciação acumulada, Edificações, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos, Intangível, Softwares, Amortização acumulada, Softwares.

NOTA 12 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES - Corresponde a tributos e contribuições administrados pelas Secretarias da Receita Federal, Estadual e Municipal, demonstrados por valores nominais, acrescidos de encargos, quando devidos, até a data do balanço. Não existem valores em atraso.

Table with 3 columns: Descrição, 31/dez./2020, 31/dez./2019. Rows include Contribuições s/ salários, Impostos e contribuições s/ receita e resultado, Impostos e contribuições s/ serviços, Impostos e contribuições retidos, Total.

NOTA 13 - TRIBUTOS DIFERIDOS - A) SOBRE O RESULTADO - São calculados sobre a diferença entre lucro contábil e lucro tributável, em razão da apuração do resultado tributável considerar somente sua parcela recebida (regime de caixa), enquanto que o diferimento considera a totalidade do resultado, independentemente de seu recebimento, obedecendo o princípio contábil da competência. Esses valores são revisados periodicamente pela administração da Companhia e contemplam apenas o resultado de operações efetuadas com órgãos públicos.

Table with 3 columns: Descrição, 31/dez./2020, 31/dez./2019. Rows include Impostos e contribuições diferidas, Pis, Cofins, Imposto de renda, Contribuição social sobre o lucro, Contribuição previdenciária, Total.

B) SOBRE DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS - Calculados a alíquota de 34% sobre a diferença temporária levantada entre a depreciação societária, utilizada para fins de apuração do resultado contábil, e a depreciação fiscal utilizada para fins de determinação dos valores a recolher do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Table with 4 columns: Diferença Temporária, Saldo em 31/dez./2019, Reduções, Saldo em 31/dez./2020. Rows include IRPJ - 25%, CSLL - 9%, Total Diferido, Total de Tributos Diferidos, Sobre Resultado não Recebido, Sobre Diferenças Temp. de Depreciação, Soma.

NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL - O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), está representado por 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 700,00 (setecentos reais) cada uma.

Conselho de Administração

José Locks - Presidente, Antônio Carlos Stephani - Vice-presidente, Osmar Somavilla - Conselheiro, Azenir Locks - Conselheiro, Mateus Locks - Conselheiro, Michella Brogni Marcelo - Contadora - CRC/SC 024383/O-2 - CPF 023.433.319-79

Diretoria

Ademir Locks - Diretor Presidente, José Carlos de Souza - Diretor Comercial, Antonio Rafael Isidoro Neto - Diretor de Operações, José Roberto de Souza - Diretor Administrativo Financeiro

Continua

NOTA 15-RECEITA LÍQUIDA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Table with 3 columns: Composição, 31/dez./2020, 31/dez./2019. Rows include RECEITA BRUTA, De vendas eventuais, DEDUÇÕES DA RECEITA, Impostos e contribuições, RECEITA LÍQUIDA.

NOTA 16 - RESULTADO FINANCEIRO. Table with 3 columns: Descrição, 31/dez./2020, 31/dez./2019. Rows include Receitas Financeiras, Rendimentos de aplicação financeira, Juros recebidos, Descontos obtidos, Variações monetárias, Despesas Financeiras, Despesas concadidos, Despesas bancárias, Juros e multas pagos ou incorridos, Juros s/ o capital próprio, Variações monetárias, Resultado Financeiro.

NOTA 17 - RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS - Operações realizadas que não fazem parte da atividade principal:

Table with 3 columns: Descrição das Operações, 31/dez./2020, 31/dez./2019. Rows include Donativos e contribuições, Multas, Resultado da venda de bens permanentes, Total.

NOTA 18 - CONTINGÊNCIAS - PASSIVAS - A) TRABALHISTAS - De acordo com a assessoria jurídica da Companhia existem inúmeras ações trabalhistas movidas contra ela que, em função do estágio em que se encontram, as estimativas de perda que exigem o reconhecimento das futuras obrigações somam R\$ 2.209.114,93, as quais estão reconhecidas junto as obrigações não circulantes. Ao mesmo tempo existem outras ações que somam R\$ 564.641,90 que as estimativas de perda apuradas dispensam o registro contábil da obrigação. B) CÍVEIS - Encontram-se em andamento ações de natureza indenizatória movidas contra a Companhia onde os riscos de perda somam R\$ 5.126.850,02. Desse montante, foi constituída a provisão para possível perda no valor de R\$ 1.008.097,18, visto que a assessoria jurídica julga o risco de perda para os demais casos como "Possível" ou "Remoto", ficando assim dispensado o registro contábil do saldo remanescente. C) TRIBUTÁRIAS - Tramitam em desfavor da Companhia notificação fiscal de lançamento de débito e auto de infração movidos pela Previdência Social e Receita Federal do Brasil, respectivamente, cujos montantes das possíveis contingências se aproximam de R\$ 1,4 milhões, sendo que as provisões para perda não foram constituídas, visto que a assessoria jurídica que acompanha o andamento processual julga os riscos de perda dessas ações como "Possível" ou "Remoto", dispensando assim tal provisão. ATIVAS - As contingências ativas nas quais a Companhia é a autora da ação e busca o ressarcimento de direitos somam aproximadamente R\$ 41 milhões, as quais não estão contabilizadas, dada as exigências contábeis não permitirem o registro enquanto não houver sentença final favorável.

NOTA 19 - GARANTIAS E ÔNUS REAIS - Foram arrolados como garantia de ação cível movida contra a Companhia os seguintes bens imóveis:

Table with 3 columns: Descrição do Bem, Matrícula, Valor Contábil. Rows include Terreno 4443, Terreno R-67.341, Terreno 15.353, Terreno 43.378, Terreno 46.314, Terreno 104.984, Terreno 13.651.

NOTA 20 - SEGUROS CONTRATADOS - A Companhia mantém seguros contratados sobre veículos de transporte de funcionários, conforme determinação dos órgãos competentes. Da mesma forma, são mantidos seguros para realização de obras em montante considerado suficiente para a realização das mesmas, seguindo-se determinações contratuais.

NOTA 21 - IMPACTOS RELACIONADOS À PANDEMIA COVID-19 - Desde o início de 2020, com a propagação da COVID-19, as atividades econômicas mundiais vêm sendo afetadas, diante disso a Companhia veio tomando medidas importantes a fim de assegurar a segurança de seus colaboradores, bem como fortalecer o processo de continuidade de suas operações. Nesse sentido, a Companhia veio atendendo a protocolos de segurança orientados pelas autoridades locais, investindo em ações e materiais, aprimorando ainda mais hábitos individuais e coletivos de higienização bem como de distanciamento social. O controle financeiro e a inovação constante de suas atividades são posturas que vêm permitindo à Companhia atravessar este cenário com alto grau de segurança, favorecendo a geração de caixa necessária para a manutenção de suas atividades operacionais e o seu crescimento. Como reflexo disso podemos destacar a manutenção dos postos de trabalho e o crescimento obtido. Não foram constatados durante essa pandemia problemas quanto a recebimentos de crédito, tão pouco foram realizadas renegociações relevantes junto a clientes ou fornecedores, mantidos assim o curso normal das operações. Considerando os efeitos positivos das medidas tomadas contra a pandemia, a Companhia fomentou crescimento em sua receita líquida e resultado do período. Considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, a Companhia analisou os principais riscos e incertezas gerados pela COVID-19 em suas demonstrações financeiras, as quais elencamos a seguir: A) Continuidade Operacional: A Companhia não identificou elementos que demonstrem risco de continuidade operacional. B) Recebimentos de crédito: Não foram identificadas quaisquer movimentações que indique redução nos fluxos de recebimento de forma substancial, ou a manutenção dos saldos em aberto para renegociações, o que dispensou inclusive a constituição de provisões para possíveis perdas. C) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Companhia não identificou indicativos de impairment até o término do exercício. D) Provisões e Contingências Ativas e Passivas: Não foram reconhecidas quaisquer receitas ou despesas prospectivas futuras cujo reflexo tenha ligação direta com os impactos causados pela pandemia da COVID-19 uma vez que não há qualquer indicativo que justifique tal medida.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp of José C. de Souza, Diretor Comercial.



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Acionistas de **SETEP CONSTRUÇÕES S.A.**

Opinião com Ressalva - Examinamos as demonstrações contábeis de **SETEP CONSTRUÇÕES S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "**Base para a opinião com ressalva**", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **SETEP CONSTRUÇÕES S.A.**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com Ressalva** - Os valores do ativo "Imobilizado" mantêm-se registrados pelo custo histórico acrescido de reavaliação espontânea, ajustados por depreciação acumulada, calculada às taxas estabelecidas em função do tempo de sua vida útil fixadas por espécie de bens, conforme julgamento da administração da Companhia. Sobre os bens do Imobilizado, não foi aplicado o teste de recuperabilidade, conforme determina a Resolução CFC N.º 1.292/10 que aprova a NBC T 19.10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e Resolução CFC N.º 1.263/09 que aprova a IT 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, respectivamente. A falta de aplicação desse teste impossibilita conhecer a capacidade de realização desse ativo. A administração da Companhia estima que estejam subavaliados. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros Assuntos - Informação suplementar - Demonstração do Valor Adicionado** - Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

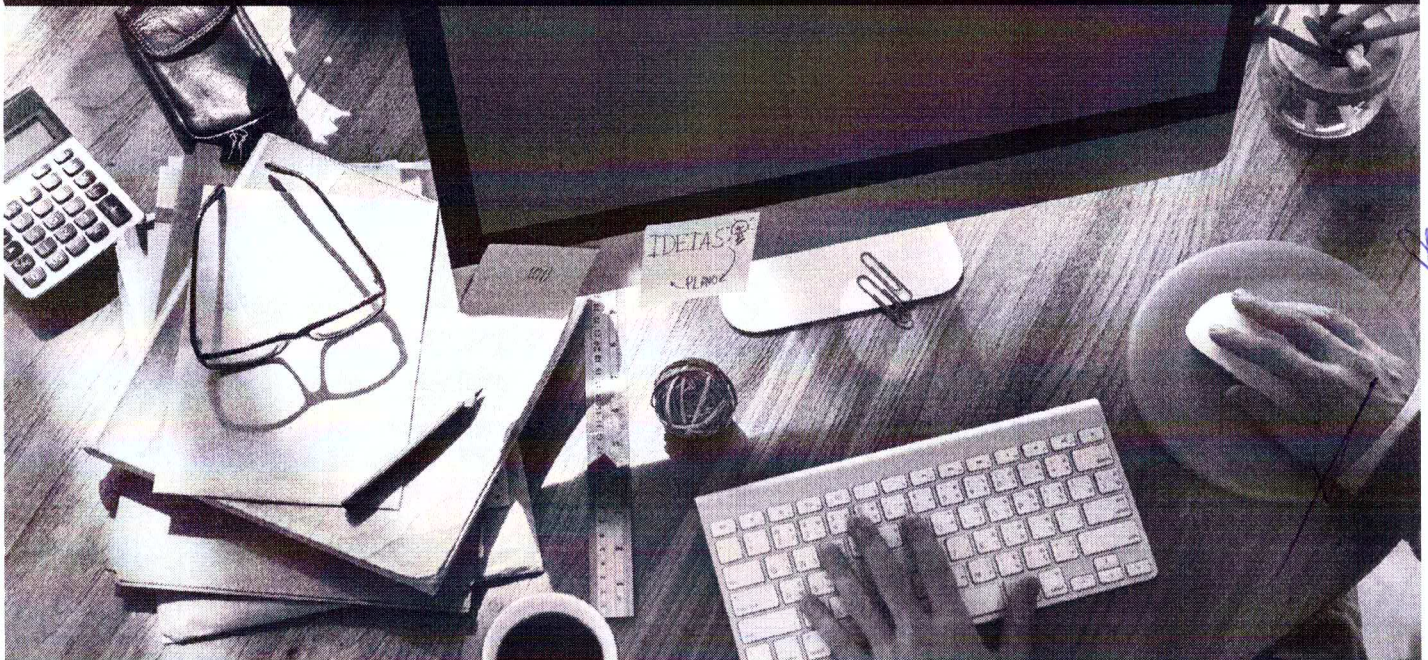
contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Criciúma, 22 de fevereiro de 2021.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP - CRC/SC-006351/O.
JOSÉ HENRIQUE EYNG - CONTADOR CRC-SC Nº 17329/O-8 - CVM/ CNAI 638.
ANGELO ASSIS BURIN - CONTADOR CRC-SC Nº 025452/O-6 - CNAI 2167.

Cod. Mat.: 726025

O DIÁRIO OFICIAL ESTÁ MAIS PERTO DE VOCÊ

Acesse o Diário Oficial do Estado: www.doe.sea.sc.gov.br



[Handwritten signatures and blue ink marks]

José C. de Souza
Dir. Comercial